INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023



Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf.: 296 201 210 Tlm: 966968293 / 965054265
Email: imchaves@live.com.pt

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

INDÍCE

* *Convocatória*

* *Relatório de Gestão*

* *Balanço e contas*

* *Demonstração de Resultados*

» Anexo ao Balanço e a Demonstração de Resultados

» Conta de Exploração

» Balancete Analítico

» Balancetes Progressivos da Razão

» Mapa de Amortizações

* *Certidão de ata do Parecer do Conselho Fiscal*

* *Certidão de ata de Aprovação de Contas*

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf.: 296 201 210 Tlm: 966968293 / 965054265
Email: imchaves@live.com.pt

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

De acordo com a alínea b) do artigo 29º dos estatutos do Instituto Margarida de Chaves, convocam-se todos os sócios para a reunião ordinária da Assembleia Geral, que se realiza na sala de reuniões do Instituto Margarida de Chaves, sito à Rua Margarida de Chaves nº30, no próximo dia **13 de março de 2024**, pelas **18H30**, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Leitura da ata da Assembleia Geral;

Ponto 2 – Tomar conhecimento do Parecer do Conselho Fiscal;

Ponto 3 – Apresentação, apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 2023;

Ponto 4 – Votação para Aprovação de Construção de Lar para Idosos;

Ponto 5 – Análise, Discusão e Votação de Proposta de alienação de imóvel sito à Rua Tavares Resendes nº72, Ponta Delgada;

Ponto 6 – Outros Assuntos de interesse para a Instituição.

Se à hora marcada não comparecer mais da metade dos associados, a Assembleia Geral reunirá meia hora mais tarde, com qualquer número de sócios.

Ponta Delgada, 28 de fevereiro de 2024.

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente,

Jeremias Pimentel

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf.296 201 210 Tlm: 965054265/966968293
E-mail: imchaves@live.com.pt

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

Disposições Gerais

Em cumprimento do disposto na alínea b) do art. 35º dos Estatutos do Instituto Margarida de Chaves, compete à Direção submeter à Assembleia-geral o Relatório e Contas referente ao exercício de 2023.

Para o mesmo efeito, os referidos documentos foram presentes ao Conselho Fiscal cuja certidão de ata se encontra anexa.

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf.: 296 201 210 Tlm: 966968293 / 965054265
Email: imchaves@live.com.pt

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º 512 004 706

1- SOLIDARIEDADE

A Direção, dando cumprimento às linhas traçadas de ação, para o ano dois mil e vinte e três, assentou todos os propósitos na melhoria das condições de vida dos utentes, considerando que as solicitações manifestaram um considerável acréscimo, o que é demonstrativo do apoio prestado à comunidade altamente carenciada da nossa comunidade.

1.1- COZINHA ECONÓMICA MICAELENSE

Ao longo do ano dois mil e vinte e três foram servidas cerca de **75.600** refeições*, divididas em pequenos-almoços, almoços, lanches, jantares e ceias (primeira e segunda), a **utentes residentes na instituição**.

ANO	2021			2022			2023		
MÊS	MÉDIA Nº UTENTES	FEMININO	MASCULINO	MÉDIA Nº UTENTES	FEMININO	MASCULINO	MÉDIA Nº UTENTES	FEMININO	MASCULINO
JANEIRO	17	5	12	28	9	21	35	9	26
FEVEREIRO	18	5	13	26	8	18	35	8	27
MARÇO	21	5	16	23	8	15	37	10	27
ABRIL	25	6	19	24	7	17	37	10	27
MAIO	25	7	18	26	7	19	37	11	26
JUNHO	23	6	17	30	7	23	35	9	26
JULHO	23	6	17	36	8	28	34	9	25
AGOSTO	25	7	18	33	8	25	36	9	27
SETEMBRO	27	8	19	32	8	24	34	10	24
OUTUBRO	26	8	18	31	8	23	37	11	26
NOVEMBRO	26	7	19	35	10	25	34	11	23
DEZEMBRO	27	7	20	34	9	25	34	11	23
MÉDIA MENSAL 2021 » 24				MÉDIA MENSAL 2022 » 30			MÉDIA MENSAL 2023 » 35		

***Nota:** 35 utentes x 6 refeições x 30 dias x 12 meses = 75.600**

Verifca-se um aumento nas refeições servidas na instituição, (mais 10.800 refeições do que em 2022, correspondendo a um acréscimo de 16,7%), por consequência do aumento da média de utentes residentes.

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

Ao longo do ano de 2023, registou-se 25 admissões de utentes, 19 saídas por diversos motivos (voluntárias, autonomizações, expulsões, transferências para outras instituições) e 3 falecimentos.

Foram, ainda, entregues em Cantina Social cerca de **23.760** refeições*, divididas em pequenos-almoços, almoços e jantares, a **utentes não residentes na instituição**.

ANO	2021			2022			2023		
MÊS	MÉDIA Nº UTENTES	FEMININO	MASCULINO	MÉDIA Nº UTENTES	FEMININO	MASCULINO	MÉDIA Nº UTENTES	FEMININO	MASCULINO
JANEIRO	17	3	14	15	2	13	24	1	23
FEVEREIRO	18	2	16	19	3	16	21	2	19
MARÇO	21	3	18	18	1	17	26	1	25
ABRIL	25	5	20	16	1	15	23	1	22
MAIO	25	5	20	17	1	16	22	2	20
JUNHO	23	1	22	17	0	17	21	2	19
JULHO	23	2	21	20	0	20	20	1	19
AGOSTO	25	3	22	25	1	24	22	2	20
SETEMBRO	27	2	25	21	2	19	18	3	15
OUTUBRO	26	1	25	22	1	21	23	4	19
NOVEMBRO	26	2	24	23	2	21	22	5	17
DEZEMBRO	27	3	24	22	3	19	18	4	14
MÉDIA MENSAL DE UTENTES NÃO RESIDENTES 2021 » 15				MÉDIA MENSAL DE UTENTES NÃO RESIDENTES 2022 » 20			MÉDIA MENSAL DE UTENTES NÃO RESIDENTES 2023 » 22		

***Nota:** **22 utentes x 3 refeições/dia x 30 dias x 12 meses = 23.760**

Neste caso, registou-se um acréscimo significativo nas refeições entregues em Cantina Social, (mais 2160 refeições do que em 2023, correspondendo a um aumento de 10%) em virtude de pedidos do ISSA, para apoio na alimentação a utentes com insuficiência económica, e ainda outros pedidos pontuais efetuados pelos próprios utentes e/ou familiares/conhecidos.

1.2- ALBERGUE NOTURNO DE PONTA DELGADA

O IMC tem capacidade para albergar 14 utentes na ala feminina (7 quartos partilhados), e 31 utentes na ala masculina (15 quartos partilhados), resultando uma capacidade máxima

Pessoal ao serviço por grupos profissionais:

PESSOAL	FEMININO			MASCULINO		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Técnicos Superiores	2	2	2	0	0	0
Estagiários Licenciados	0	0	2	0	0	0
Trab. Administrativos	1	1	1	0	0	0
Trab. Aux. Apoio	8	9	9	1	3	5
Cozinheiras	2	3	3	0	0	0
Avençados	1	1	1	0	0	0
Voluntariado	2	3	3	0	0	0

Pessoal ao serviço por escalões etários:

PESSOAL	FEMININO			MASCULINO		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
De 24 a 35 anos	5	5	3	1	2	3
De 36 a 50 anos	3	5	6	0	1	2
De 51 a 65 anos	5	6	6	0	0	0

4 - ASSOCIADOS

Verificou-se um acréscimo no número de sócios (mais 7 sócios do que em 2023):

ANO	Nº SÓCIOS
2021	104
2022	108
2023	115

O número de associados da instituição, a 31 de dezembro de 2023, era de 115, no entanto, apenas 76 eram sócios ativos com as quotas devidamente regularizadas.

A Direção gostaria de contar com o apoio dos associados para a resolução de problemas que, embora comuns, nem sempre chegam, pelas vias corretas ao conhecimento do IMC.

5 - PATRIMÓNIO

Foram realizadas reparações e pequenas obras de manutenção no edifício sede do IMC, nomeadamente nos dormitórios, salas de convívio, e casas de banho, sempre atendendo ao bem estar dos utentes.

6 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Nos últimos três anos, esta direção já teve de enfrentar as consequências da crise pandémica, que subsistem, os reflexos da guerra na Ucrânia, que perduram e, agora, uma inflação exacerbada.

A maior crise sanitária mundial dos últimos 100 anos, o maior conflito bélico na Europa nas últimas 7 décadas, e a maior crise inflacionária dos últimos 20 anos, são um contexto que não tem qualquer paralelo em anteriores exercícios. A incerteza e instabilidade do contexto, obriga uma responsabilidade acrescida e a um esforço acrescido na gestão dos recursos desta instituição.

Em 2023, o resultado apresentado é negativo (81.628,95€) quando, no ano anterior, o resultado era de cerca de nove mil euros negativos. Esta variação negativa é essencialmente resultante do acréscimo de 55.428,01€ nos Fornecimentos e Serviços externos, resultado da inflação e das obras de reabilitação realizadas num dos imóveis da entidade, e do aumento dos gastos com pessoal de 45.222,52€ consequência de o número médio de colaboradores ter aumentado, e de o ordenado mínimo e as tabelas salariais terem também aumentado de 2022 para 2023.

O total das receitas, em 2023, foi de 556.568,29€ enquanto em 2022, foi de 529.496,49€, o que representa um aumento de 5,12%. Como referido, as despesas também aumentaram, numa percentagem superior aos rendimentos (18,49%) o que se traduziu no aumento do resultado negativo.

O resultado apresentado não é surpresa pois, já no final do 2022, esta direção apresentou um orçamento com o resultado de negativo 83.750,00€. Desta forma, pode-se afirmar que

houve um esforço no controlo da atividade, pois o real foi inferior ao orçamentado.

Finalmente, uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores, associados, fornecedores e mecenas que, ao longo de 2023, contribuíram para que a instituição continue a cumprir o sonho da sua fundadora.

Ponta Delgada, 13 de março de 2024.

A Direção do IMC,

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: _____

Tesoureiro: _____

Vogal: _____

Instituto Margarida de Chaves

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Balanço 3
Demonstração dos Resultados por Naturezas 4
Demonstração dos Resultados por centro de custos 5
Demonstração dos Fluxos de Caixa 6
Anexo 7
1. Identificação da Entidade 7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 7
3. Principais Políticas Contabilísticas 8
3.1. Bases de Apresentação 8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração 9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 19
5. Activos Fixos Tangíveis 20
6. Activos Intangíveis 21
7. Inventários 22
8. Rédito 22
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo 22
10. Benefícios dos empregados 23
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 23
12. Outras Informações 23
12.1. Clientes e Utentes 23
12.2. Créditos a receber 24
12.3. Diferimentos 24
12.4. Outros Activos Financeiros 24
12.5. Caixa e Depósitos Bancários 25
12.6. Fundos Patrimoniais 25
12.7. Fornecedores 25
12.8. Estado e Outros Entes Públicos 26
12.9. Outras Contas a Pagar 26
12.10. Fornecimentos e serviços externos 27
12.11. Outros rendimentos 28
12.12. Outros gastos e perdas 28
12.13. Acontecimentos após data de Balanço 28

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas 31-12-2023	31-12-2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		2 142 615,51	2 196 311,74
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis		232,48	232,48
Investimentos financeiros		3 193,70	2 631,32
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		2 146 041,69	2 199 175,54
Activo corrente			
Inventários			
Clientes		0,00	0,00
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros Entes Públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos		1 805,44	2 105,60
Outros activos correntes		177 900,00	177 900,00
Caixa e depósitos bancários		701 073,62	722 764,59
Subtotal		880 779,06	902 770,19
Total do activo		**3 026 820,75**	**3 101 945,73**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1 406 284,68	1 406 284,68
Excedentes técnicos			
Reservas		1 391 549,90	1 391 549,90
Resultados transitados		253 286,28	262 387,27
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
Resultado Líquido do período		-81 628,95	-9 100,99
Total do fundo do capital		2 969 491,91	3 051 120,86
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dividas a pagar		45 394,23	41 235,68
Subtotal		45 394,23	41 235,68
Passivo corrente			
Fornecedores		4 330,93	1 128,21
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos		7 603,68	8 460,98
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes			
Subtotal		11 934,61	9 589,19
Total do passivo		57 328,84	50 824,87
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**3 026 820,75**	**3 101 945,73**

Ponta Delgada, 14 de Fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

DIRECÇÃO

Instituto Margarida de Chaves
Rua Margarida de Chaves, 30
9500-088 Ponta Delgada
NIF:512 004 706

Master Plan, Lda

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS 2023	PERÍODOS 2022
Vendas e serviços prestados		102 695,47	111 955,87
Subsídios, doações e legados à exploração		297 668,01	265 764,68
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-74 396,90	-72 806,53
Fornecimentos e serviços externos		-157 421,15	-101 993,14
Gastos com o pessoal		-345 349,98	-300 127,46
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		156 204,81	151 775,94
Outros gastos		-7 332,98	-6 480,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-27 932,72	48 089,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-53 696,23	-57 190,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-81 628,95	-9 100,99
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		-81 628,95	-9 100,99
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-81 628,95	-9 100,99

Ponta Delgada, 14 de Fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

DIRECÇÃO

Demonstração dos Resultados por centro de custos

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023 Instituição	Albergue	Cozinha	Lavandaria	Administração
Vendas e serviços prestados		102 695,47	100 788,97			1 906,50
Subsídios, doações e legados à exploração		297 668,01	295 639,63			2 028,38
Variação nos inventários da produção						
Trabalhos para a própria entidade						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-74 396,90	-8 619,48	-65 777,42		
Fornecimentos e serviços externos		-157 421,15	-129 051,60	-13 723,68	-8 079,43	-6 566,44
Gastos com o pessoal		-345 349,98	-261 236,95	-20 659,79	-16 665,19	-46 788,05
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						
Provisões (aumentos/reduções)						
Outras imparidades (aumentos/reduções)						
Aumentos/reduções de justo valor						
Outros rendimentos		156 204,81	156 204,81	0,00	0,00	
Outros gastos		-7 332,98	-7 007,99	-194,09	0,00	-130,90
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**-27 932,72**	**146 717,39**	**-100 354,98**	**-24 744,62**	**-49 550,51**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-53 696,23	-53 696,23			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**-81 628,95**	**93 021,16**	**-100 354,98**	**-24 744,62**	**-49 550,51**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00				
Juros e gastos similares suportados		0,00		0,00	0,00	
Resultados antes de impostos		**-81 628,95**	**93 021,16**	**-100 354,98**	**-24 744,62**	**-49 550,51**
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período		**-81 628,95**	**93 021,16**	**-100 354,98**	**-24 744,62**	**-49 550,51**

Ponta Delgada, 14 de Fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

DIRECÇÃO

Instituto Margarida de Chaves
Rua Margarida de Chaves, 30
9500-088 Ponta Delgada
NIF:512 004 706

Master Plan, Lda

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS 2023	PERÍODOS 2022
Recebimentos de clientes e utentes		102 695,47	111 955,87
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		228 915,49	174 799,67
Pagamentos ao pessoal		279 593,22	300 127,46
Caixa gerada pelas operações		-405 813,24	-362 971,26
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		384 122,27	414 043,67
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-21 690,97	51 072,41
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			0,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		0,00	
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-21 690,97	51 072,41
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		722 764,59	671 692,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período		701 073,62	722 764,59

Ponta Delgada, 14 de Fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

DIRECÇÃO

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Instituto Margarida de Chaves é uma associação particular de solidariedade social, com sede na Rua Margarida de Chaves, nº 30, desta cidade de Ponta Delgada, tem por fim primordial a proteção aos cidadãos em situação de manifesta falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho e visará sempre a promoção social.

Para a realização dos seus objetivos, o Instituto Margarida de Chaves, tendo em maior apreço a vontade ou intenção dos correspondentes fundadores, testadores ou doadores, consigna os bens e rendimentos, às finalidades

O Instituto Margarida de Chaves, tem as seguintes finalidades:

a) preparar e distribuir, na sede ou fora dela, refeições diárias;

b) dar abriga noturna a quem dela se mostre carecido; e

c) fornecer roupas e calçado aos beneficiários abrangidos pelas alíneas a) e b) conforme as precárias condições destes, abastecer convenientemente de roupas e de agasalhos as suas instalações e, no caso de se registarem sobras, distribuí-las com equidade por outras Instituições existentes em São Miguel.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho, alterado pela Lei nº 20/2010, de 23 de agosto 36-A/2011 de 9 de Março, e pelas Leis nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83-C/2013, de 31 de dezembro. O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Nota 12.8) e "*Diferimentos*" (Nota 12.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "*Activos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 a 7
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 a 6
Outros activos fixos tangíveis	4 a 6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os "*Bens do património histórico e cultural*" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.
As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir actividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.
As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "*Aumentos/reduções de justo valor*", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "*Propriedades de investimento em desenvolvimento*" até à conclusão da construção ou promoção do activo.
Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "*Variação de valor das propriedades de investimento*", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam actividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4. Activos Intangíveis

Os "*Activos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam actividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "*Despesas de investigação*" incorridas com novos conhecimentos técnicos.
As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam actividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade Industrial	
...	
Outros activos intangíveis	3

O valor residual de um "*Activo Intangível*" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "*Investimentos Financeiros*" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do

Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6. Inventários

Os "*Inventários*" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e Créditos a Receber

Os "*Clientes*" e as "*Créditos a receber*" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.
Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.
Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.
Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).
Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "*Fornecimentos e Serviços Externos*".

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, incluí as tributações autónomas.
Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

a) *"As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.*"

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 14,9% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2022

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais	825 243,86		-	-	-	**825 243,86**
Edifícios e outras construções	2 678 438,19				-	**2 678 438,19**
Equipamento básico	195 227,72	4 303,60	-	-	-	**199 531,32**
Equipamento de transporte	36 306,04			-	-	**36 306,04**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	22 955,21	1 973,53	-	-	-	**24 928,74**
Outros activos fixos tangíveis	58 002,51		-	-	-	**58 002,51**
Obras em curso	-					-
Total	**3 816 173,53**	**6 277,13**	**-**	**-**	**-**	**3 822 450,66**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 261 569,49	51 974,20		-	-	**1 313 543,69**
Equipamento básico	194 552,20	768,14	-	-	-	**195 320,34**
Equipamento de transporte	36 306,04	-		-	-	**36 306,04**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	22 955,14	657,84	-	-	-	**23 612,98**
Outros activos fixos tangíveis	53 565,87	3 790,00	-	-	-	**57 355,87**
Total	**1 568 948,74**	**57 190,18**	**-**	**-**	**-**	**1 626 138,92**

31 de Dezembro de 2023

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	825 243,86			-	-	**825 243,86**
Edifícios e outras construções	2 678 438,19				-	**2 678 438,19**
Equipamento básico	199 531,32	-	-	-	-	**199 531,32**
Equipamento de transporte	36 306,04			-	-	**36 306,04**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	24 928,74	-	-	-	-	**24 928,74**
Outros activos fixos tangíveis	58 002,51		-	-	-	**58 002,51**
Obras em curso	-					-
Total	**3 822 450,66**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3 822 450,66**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 313 543,69	51 974,20		-	-	**1 365 517,89**
Equipamento básico	195 320,34	768,10	-	-	-	**196 088,44**
Equipamento de transporte	36 306,04	-		-	-	**36 306,04**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	23 612,98	657,77	-	-	-	**24 270,75**
Outros activos fixos tangíveis	57 355,87	296,16	-	-	-	**57 652,03**
Total	**1 626 138,92**	**53 696,23**	**-**	**-**	**-**	**1 679 835,15**

6. Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2022

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	232,48	-	-	-	-	**232,48**
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis		-	-	-	-	-
Total	**232,48**	-	-	-	-	**232,48**
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis		-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2023

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	232,48	-	-	-	-	**232,48**
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis		-	-	-	-	-
Total	**232,48**	-	-	-	-	**232,48**
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis		-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

12.2. Créditos a receber

A rubrica "*créditos a receber*" tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores	-	
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	
...	-	
Outras contas a receber		
Perdas por Imparidade	-	-
Total	-	-

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 805,44	2 105,60
Outros		
...	-	-
Total	1 805,44	2 105,60
Rendimentos a reconhecer		
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

12.4. Outros Activos Financeiros

A rubrica de "outros Activos Financeiros", a 31 de Dezembro de 2022 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Obrigações Banif	177 900,00	177 900,00
	-	-
...	-	-
Total	177 900,00	177 900,00

O Banif encontra-se em fase de liquidação, sendo que decorre os procedimentos de recuperação do valor aplicado nas obrigações.

12.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de Dezembro de 2022 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	2 981,77	-
Depósitos à ordem	298 091,85	722 764,59
Depósitos a prazo	400 000,00	
Outros	-	-
Total	701 073,62	722 764,59

12.6. Fundos Patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	1 406 284,68	-	-	**1 406 284,68**
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	1 391 549,90	-	-	**1 391 549,90**
Resultados transitados	262 387,27		(9 100,99)	**253 286,28**
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-			-
Total	**3 060 221,85**	**-**	**(9 100,99)**	**3 051 120,86**

12.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "*Fornecedores*" referem-se a saldos das contas correntes.

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	4 330,93	1 128,21
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	**4 330,93**	**1 128,21**

12.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "*Estado e outros Entes Públicos*" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Outros Impostos e Taxas		
Total	**-**	**-**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	765,17	851,75
Segurança Social	6 838,51	7 609,23
Outros Impostos e Taxas		-
Total	**7 603,68**	**8 460,98**

12.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica "*Outras contas a pagar*" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	**-**	**-**	**-**	**-**
Remunerações a pagar	-		-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-		-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	**-**	**-**	**-**	**-**
Credores por acréscimos de gastos	**40 894,23**		**36 279,62**	
Outros credores	**4 500,00**		**4 956,06**	
	-	**-**	**-**	**-**
Total	**45 394,23**	**-**	**41 235,68**	**-**

12.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Serviços especializados	**87 663,99**	**18 490,14**
Trabalhos especializados	15 959,54	13 020,93
Publicidade e propaganda	235,44	304,44
Vigilância e segurança		
Honorários	1 450,00	
Comissões		
Conservação e reparação	69 072,06	4 566,77
Outros	946,95	598,00
Materiais	**14 696,99**	**19 851,75**
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	12 463,78	16 078,49
Livros e documentação técnica	79,46	
Material de escritório	2 141,75	2 355,42
Outros	12,00	1 417,84
Energia e fluidos	**14 305,73**	**15 810,26**
Electricidade	9 940,44	10 010,02
Combustíveis	1 989,61	1 761,22
Água	2 375,68	4 039,02
Deslocações, estadas e transportes	**14,05**	**5,00**
Deslocações e estadias	14,05	5,00
Transportes de mercadorias		
Serviços diversos	**39 504,54**	**47 835,99**
Comunicação	1 512,18	1 971,13
Seguros	2 557,02	2 675,88
Contencioso e notariado	358,51	85,97
Despesas de representação	41,10	
Limpeza, higiene e conforto	12 114,70	13 251,92
Despesas com Utentes	22 921,03	29 851,09

12.11. Outros rendimentos

A rubrica de "*Outros rendimentos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	9 202,35	12 609,65
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	144 365,50	137 760,20
Outros rendimentos e ganhos	2 636,96	1 406,09
Total	**156 204,81**	**151 775,94**

12.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de "*Outros gastos e perdas*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	2 407,92	5 064,35
Descontos de pronto pagamento concedidos		-
Divídas incobráveis		-
Perdas em inventários		-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		-
Gastos e perdas investimentos não financeiros		-
Outros Gastos e Perdas	4 545,56	1 153,45
Total	**6 953,48**	**6 217,80**

12.13. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direcção em dia 14 de fevereiro de 2024.

Ponta Delgada, 14 de fevereiro de 2024

Master Plan, Lda

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES
Rua Margarida de Chaves, 30
9500-088 PONTA DELGADA

Análise do Orçamento de 2023

GASTOS E PERDAS	Valores Executados 2022	Valores Orçamentados 2023	Valores Executados 2023	Desvios 2023
Alimentação dos utentes	*72 806,53*	*68 000,00*	*74 396,90*	*6 396,90*
Fornecimentos e serviços externos	*101 993,14*	*156 050,00*	*157 421,15*	*1 371,15*
Serviços especializados				
Trabalhos especializados	13 020,93	17 000,00	15 959,54	-1 040,46
Publicidade e propaganda	304,44	350,00	235,44	-114,56
Vigilância e segurança		1 000,00		-1 000,00
Honorários		4 000,00	1 450,00	-2 550,00
Conservação e reparação	4 566,77	40 000,00	69 072,06	29 072,06
Outros serviços	598,00	1 000,00	946,95	-53,05
Materiais				
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	16 078,49	20 000,00	12 463,78	-7 536,22
Livros e documentação técnica		0,00	79,46	79,46
Material de escritório	2 355,42	3 200,00	2 141,75	-1 058,25
Outros Materais	1 417,84	2 000,00	12,00	-1 988,00
Energia e fluidos				
Electricidade	10 010,02	10 000,00	9 940,44	-59,56
Combustíveis	1 761,22	3 500,00	1 989,61	-1 510,39
Água	4 039,02	4 000,00	2 375,68	-1 624,32
Deslocações, estadas e transportes				
Deslocações e estadias	5,00	100,00	14,05	-85,95
Transportes de mercadorias		100,00		-100,00
Serviços diversos				
Comunicação	1 971,13	2 000,00	1 512,18	-487,82
Seguros	2 675,88	4 500,00	2 557,02	-1 942,98
Contencioso e notariado	85,97	300,00	358,51	58,51
Despesas de representação			41,10	41,10
Limpeza, higiene e conforto	13 251,92	13 000,00	12 114,70	-885,30
Despesas com Utentes	29 851,09	30 000,00	22 921,03	-7 078,97
Gastos com o pessoal	*300 127,46*	*265 000,00*	*345 349,98*	*80 349,98*
Depreciações Edifícios e Equipamentos	*57 190,18*	*59 000,00*	*53 696,23*	*-5 303,77*
Outros gastos e perdas	*6 217,80*	*9 000,00*	*6 953,48*	*-2 046,52*
Impostos	5 064,35	8 000,00	2 407,92	-5 592,08
Subsídios, donativos, bolsas de estudo	1 000,00	1 000,00	0,00	-1 000,00
Outros não especificados	153,45		4 545,56	4 545,56
Gastos e perdas de financiamento	*262,37*	*1 000,00*	*379,50*	*-620,50*
Despesas bancárias	262,37	1 000,00	379,50	-620,50
Total dos Gastos	**538 597,48**	**558 050,00**	**638 197,24**	**80 147,24**
GANHOS E RENDIMENTOS				
Prestações de serviços	*111 955,87*	*111 800,00*	*102 695,47*	*-9 104,53*
Quotizações e jóias	2 285,00	1 800,00	1 906,50	106,50
Prestação Serviços a utentes - mensalidad	109 670,87	110 000,00	100 788,97	-9 211,03
Subsídios	*265 764,68*	*231 000,00*	*297 668,01*	*66 668,01*
Câmara Municipal de P. Delgada	*23 000,00*	*23 000,00*	*23 000,00*	
ISSA - IPRA	232 595,19	208 000,00	261 867,74	53 867,74
Outros	10 169,49		12 800,27	12 800,27
Outros rendimentos e ganhos	*151 775,94*	*131 500,00*	*156 204,81*	*24 704,81*
Donativos	12 609,65	5 000,00	9 202,35	4 202,35
Rendas	137 760,20	125 000,00	144 365,50	19 365,50
Restituição de impostos	1 406,09	1 500,00	2 636,96	1 136,96
Alienação de imóveis				0,00
Total dos Ganhos	**529 496,49**	**474 300,00**	**556 568,29**	**82 268,29**
Resultado	-9 100,99	-83 750,00	-81 628,95	2 121,05

A Direção,

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

Análise ao Relatório e Contas de 2023 - Informações Adicionais

- **Alimentação de utentes/Custos de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas: 74.396,90€**

1- Todos os custos com a alimentação dos utentes;

2- Gáz.

- ***Fornecimentos e Serviços Externos: 157.421,15€***

- Trabalhos Especializados:

1- Serviços de Enfermagem;

2- Serviços de Contabilidade e Informática;

3- Serviços de Topografia, Arquitetura, Solicitadoria;

4- Apoio e acompanhamento Técnico do INOVA.

- Publicidade e Propaganda:

1- Convocatórias para Jornais Oficiais.

- Honorários:

1- Serviços de Advocacia.

- Conservação e Reparação:

1- Pinturas e reparações na sede e em imóveis do IMC;

2- Reparação e manutenção de equipamentos da cozinha e da lavandaria.

3- Reparação e manutenção de viaturas.

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf.: 296 201 210 Tlm: 966968293 / 965054265
E-mail: imchaves@live.com.pt

- Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido:

1- Utensílios de cozinha;

2- Materiais descartáveis da cozinha utilizados na Cantina Social;

3- Cacifes, Armários, Estantes para arrumação.

4- Pequenos eletrodomésticos.

- Deslocações e Estadias:

1- Despesas de Parquímetros.

- Seguros:

1- Imóveis e respetivos recheios;

2- Automóveis.

- Contencioso e Notariado:

1- Despesas de Conservatória e de Finanças (ex: registos, certidões, etc).

- Despesas com Utentes:

1- Farmácia;

2- Consultas médicas no privado;

3- Despesas com receituário médico;

4- Custos com documentação de utentes na RIAC e outros;

5- Vestuário e calçado.

- ***Gastos com o Pessoal: 345.349,98€***

1- Vencimentos de 20 funcionários e respetivos subsídios de refeição, de férias e de natal;

2- Diuturnidades, 15 feriados (100%), horas noturnos (25%) e horas extras (50% e 75%)

3- Encargos da Segurança Social de funcionários e estagiários;

4- Seguros de acidentes de trabalho de funcionários e estagiários;

5- Aumento salarial para os Açores, apartir de janeiro 2023;

- ***Outros Gastos e Perdas: 7.332,98€***

- Impostos:

1- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

- Despesas Bancárias:

1- Comissões e manutenções de contas;

2- Custos de cheques.

- **Prestações de Serviços/Vendas e Serviços Prestados: 102.695,47€**

1-Quotas de Sócios;

2-Mensalidades de Utentes.

- ***Subsídios/Doações e Legados à Exploração: 297.668,01€***

- Câmara Municipal de Ponta Delgada:

1- Protocolo de Cooperação em prol da manutenção e beneficiação das instalações do IMC;

- ISSA - IPRA:

1- Acordo de Cooperação – CAT – Centro de Acolhimento Temporário (20 vagas);

2- Protocolo de Cantina Social (25 vagas);

- Outros:

1- Programas de Apoio ao Emprego;

2- Apoio a Despesas de Covid-19.

- ***Outros Rendimentos e Ganhos: 156.204,81€***

- Donativos:

1- Donativos em géneros alimentícios da empresa Glacialis;

2- Donativos anónimos em géneros alimentícios;

3- Donativo anual, em numerário, da empresa Unitral, Lda.

- Rendas:

1- Rendas de Habitação;

2- Rendas de Espaços Comerciais;

3- Rendas de Terrenos e Chãos de Casa.

- Restituição de Impostos:

1- IVA's das faturas de géneros alimentícios.

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

Breves Considerações:

Análise: Realizado 2023 vs Orçamentado 2023 vs Realizado 2022

No seguimento das pretensões desta Direção para o ano de 2023, houve a preocupação de cumprir com o Programa de Ação e Orçamento aprovado, no entanto, registou-se alguns desvios em determinadas rúbricas.

Assim, verifica-se que na rúbrica **"Alimentação dos Utentes"** registou-se um desvio de **9,41% (mais 6.396,90€ do orçamentado)**, sendo que representa um aumento de **2,18% (mais 1.560,37€)** do realizado em 2022, atendendo ao aumento dos custos com as matérias primas e o aumento do número de utentes.

É de realçar também, que uma das rúbricas de maior impacto é "**Fornecimento e Serviços Externos**", registando um aumento de **54,34%** do realizado em 2022 **(mais 55.428,01€)**, uma vez que, esta Direção realizou, durante o ano de 2023, obras de reparação nas moradias sitas na Rua Margarida de Chaves nº117 e nº119, ambas na freguesia de São Sebastião, neste concelho de Ponta Delgada. O acréscimo desta rúbrica estava prevista no orçamentado para 2023, pelo que o desvio foi apenas de **0,88% (mais 1.371,15€)**.

Nota-se que existe um aumento **15,07% (mais 45.222,52€)** na rúbrica de "**Gastos com o Pessoal**", de 2022 para 2023. Nesta rúbrica considerou-se o aumento dos ordenados mínimos regionais e tabelas salariais previsto para 2023, o aumento do número de funcionários, e consequentemente, o acréscimo dos encargos com a Segurança Social e com o seguro de acidentes de trabalho, pois estes têm por base o valor dos ordenados. O montante desta rúbrica **(345.349,98€)** apresenta um desvio de **30%** do orçamentado para 2023 **(265.000.00€).**

Nos **"Outros Gastos e Perdas"** o IMC apresenta um total de **7.332,98€**, mais **13,16%** do realizado em 2022. Sendo que este valor traduz-se numa diminuição de **26,67%** do orçamentado para 2023, menos **2.667,02€.**

O impacto das rúbricas supra referenciadas resulta num aumento de **18,49% (99.599,76€),** no **"Total de Gastos",** em 2023.

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf.: 296 201 210 Tlm: 966968293 / 965054265
E-mail: imchaves@live.com.pt

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

Na rúbrica **"Vendas e Serviços Prestados",** verificou-se uma diminuição nas mensalidades de utentes, menos **9.260,40€** do realizado em 2022, representando um desvio negativo de **8,14%** do orçamentado para 2023.

Em contrapartida, nos **"Subsídios"** o IMC registou um aumento de **12%, (31.903,33€)** do realizado em 2022, em virtude da atualização do valor do acordo de cooperação de CAT – Centro de Acolhimento Temporário, e da realização do novo Protocolo com o ISSA para "Cantina Social". O valor desta rúbrica, **297.668,01€,** representa um desvio positivo de **28,86%.**

Na rúbrica **"Outros Rendimentos e Ganhos" (156.204,81€)** verificou-se um desvio positivo de **18,79% (24.704,81€)**, em relação ao orçamentado para 2023, sendo que este valor representa um acréscimo de **4.428,87€** do que o realizado em 2022. Este aumento deve-se à atualização de contratos de arrendamento comerciais e à realização de novos contratos de arrendamento habitacional, na moradia recuperada na Rua Margarida de Chaves nº117, Ponta Delgada.

O impacto das rúbricas supra referenciadas resulta num aumento de **5,12%** **(27.071,80€),** no **"Total de Ganhos",** para 2023.

O resultado líquido do período de 2023 é negativo, apresentando um saldo de **-81.628,95€,** o que representa um aumento **72.527,96€** relativamente a 2022.

É de referir que o resultado líquido previsional para 2023 era de **-83,750,00€,** pelo que registou-se um desvio positivo de **2,53%.**

Ponta Delgada, 13 de março de 2024.

A Direção,

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf.: 296 201 210 Tlm: 966968293 / 965054265
E-mail: imchaves@live.com.pt

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

CERTIDÃO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO ANO 2023

AOS SEIS DIAS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO, REUNIU O CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES, DE ACORDO COM OS ESTATUTOS DO MESMO, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENHOR LINO CORDEIRO, E COM A PRESENÇA DA PRIMEIRA VOGAL, SENHORA SIDÓNIA CORREIA, E DA SEGUNDA VOGAL, SENHORA ALDA ROCHA.

OS MEMBROS PRESENTES ANALISARAM O RELATÓRIO DE GESTÃO, O BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, OS BALANCETES E OS RESPETIVOS MAPAS, VERIFICANDO A SUA CONFORMIDADE.

POSTO ISTO, FOI APROVADO E DADO PARECER POSITIVO AO RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, DO INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES.

FOI DELIBERADO ENVIAR À ASSEMBLEIA GERAL ESTA CERTIDÃO COM O PARECER DESTE CONSELHO FISCAL.

PONTA DELGADA, 6 DE MARÇO DE 2024.

O PRESIDENTE _____

O 1º VOGAL Sidónia Correia

O 2º VOGAL Alda Rocha

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf./Fax: 296 201 210 Tlm: 965054265
E-mail: imchaves@live.com.pt

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES, IPSS

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da/o **INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES, IPSS**, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do artigo 14.º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, as contas relativas ao exercício de **2023**, foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta instituição, **imchaves.online**, até 31 de maio do ano seguinte ao exercício*.

   *Ou em data posterior quando houver enquadramento legal excecional para tal.

2. De acordo com o estabelecido no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada a adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício **2023** a entidade:

   ☐ Realizou obras de montante superior a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
   ☐ Realizou obras de montante superior a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
   ☒ Não realizou obras de montante superior a 25.000 €, pelo que não se aplica o artigo 23.º.
   ☐ A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o artigo 23.º.

3. Temos conhecimento de que a aquisição de bens ou serviços, objeto de apoio através de **Contrato de Cooperação Valor Investimento** (CCVI) ou de **Contrato de Cooperação Valor Eventual** (CCVE), de valores superiores a 15.000 €, está sujeita a à aplicação do Código dos Contratos Públicos e/ou Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, assim como à respetiva publicação no Base-Portal dos Contratos Públicos.

Ponta Delgada, 22 de março de 2024.

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES
Rua Margarida de Chaves, 30
9500-088 Ponta Delgada

[illegible] MARQUARDA [illegible]
Rua Marquarida de C[illegible]
[illegible] 088 Porta D[illegible]